O lume de Thomas Jefferson¹

Jefferson's Candle

Robert Darnton

Universidade de Harvard

Qualquer um pode citar os chamados Pais Fundadores da Nação, mas, a despeito do lugar comum, eu gostaria de começar invocando Thomas Jefferson. Em uma carta dirigida a Isaac McPherson, em 1813, ele desenvolveu sua metáfora mais famosa, a descrição da comunicação intelectual como um processo de alastrar luz de uma vela para outra:

“Se a natureza criou algo menos suscetível do que qualquer outra coisa para ser de propriedade exclusiva, foi a ação do poder do pensamento chamada ideia, que um indivíduo pode possuir exclusivamente contanto que a guarde apenas para si; a partir do momento em que é divulgada, ela se impõe como posse de todos, e o receptor não pode desapropriar-se dela. Uma outra característica peculiar sua é que ninguém fica com menos, pois todos a possuem por inteiro. Aquele que recebe uma ideia de mim, recebe instrução sem diminuir a minha; assim como aquele que acende sua vela na minha recebe luz sem me obscurecer.”

DARNTON, Robert. Jefferson's Candle. *Informática na Educação: teoria e prática*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 37-47, jan./jun. 2013.

¹ Conferência apresentada no IV Congresso de Jornalismo Cultural, promovido pela revista Cult, em São Paulo, em maio de 2012, no Teatro do Tuca. Debate mediado por Gunter Axt. Tradução de Marcelo Figueiredo Duarte. Revisão da tradução e versão para o português de Cristina Macedo.

O ideal oitocentista de espalhar luz pode parecer arcaico hoje, mas adquire um brilho de século XXI se for associado à Internet, que multiplica mensagens praticamente sem custo algum. E se o entusiasmo internético soa suspeitosamente idealista, você pode estender a cadeia de associações para um conceito central e objetivo da economia moderna – o do bem público. Bens públicos como o ar puro, estradas eficientes, esgotamento sanitário higiênico e educação adequada beneficiam todos os cidadãos, e os benefícios de um cidadão não diminuem os de outro. Os bens públicos não são ativos em um jogo de soma zero, mas eles têm um custo – custos iniciais, geralmente pagos através de impostos, na etapa produtiva dos serviços e instalações que o público usufrui como usuário. O ideal jeffersoniano de acesso ao conhecimento como um bem público não significa que o conhecimento não possua custos. Nós gozamos de liberdade de informação, mas a informação não é gratuita. Alguém teve que pagar pela vela de Jefferson.

Eu saliento esse ponto porque algumas pessoas não têm ideia de quanto custa o fornecimento das informações que consultam todos os dias na Internet. Ao invés disso, elas reclamam do excesso de informação. Meu médico, por exemplo, lamenta que o crescimento do conhecimento médico duplique a cada dois anos, mas ele não sabe nada sobre uma tendência que mina esse crescimento – a saber, a comercialização. De acordo com uma fonte do Hospital da Criança de Michigan, a quantidade de pesquisas publicadas em periódicos médicos duplica realmente a cada dois anos. A Biblioteca de Medicina dos E.U.A. relata que o número de periódicos médicos aumentou de 3.472 em 2000 para 4.866 em 2010, e o número de citações aos artigos, nessas publicações, cresceu de 10.796,185 em 2000 para

18.340,055 em 2010. É difícil imaginar como alguém pode encontrar todas as informações pertinentes, mesmo com um poderoso sistema de busca, nesse oceano de publicações. Mas os médicos continuam tentando. Havia uma média de 3,5 milhões buscas por dia, em 2009. O que os médicos não conseguem compreender é que suas buscas acontecem em um território cercado, que pertence aos editores das revistas médicas. Os editores cobram preços exorbitantes pelo acesso ao seu território, e o movimento de cerceamento aumenta conforme o ciberespaço se expande. É verdade que mais conhecimento está sendo constantemente produzido, e o público tem acesso a uma porção cada vez menor desse conhecimento.

Eu gostaria de discutir essa tendência em relação ao custo das revistas e livros, e sugerir como ela poderia ser revertida ao se tratar o conhecimento como um bem público proporcionado pela Internet.

Voltando ao exemplo do meu médico, devo explicar que ele trabalha em um hospital escola ligado à Escola de Medicina de Harvard. Através de seu computador e de seu *smart phone*, ele tem acesso a todas as revistas que a Escola de Medicina compra, quase todas como assinaturas de edições eletrônicas. Este ano, o custo dessas assinaturas chegou a US\$2,575,463. As revistas incluem a *Journal of Comparative Neurology* (que custa US\$29,113 por uma assinatura de um ano), a *Brain Research* (US\$23,446), e a *Biochimica et Biophysica Acta* (US\$19,999). O custo das revistas acadêmicas, em geral, aumentou quatro vezes mais que a taxa da inflação desde 1980. Tudo indica que ele continuará a subir no mesmo ritmo, mesmo que os orçamentos das universidades tenham sofrido cortes drásticos. De acordo com uma instituição especializada (EBSCO), os preços dos periódicos irão

aumentar de 4 a 6% em 2012; segundo outra (*Library Journal*), eles subirão entre 7 e 9%. A saúde pode ser um bem público, mas a informação sobre a saúde é monopolizada pelos editores, que extraem o maior lucro que os mercados conseguem suportar.

Isso não é novidade para os bibliotecários, que precisaram acomodar seus orçamentos à hiperinflação dos preços das revistas, ano após ano, por pelo menos três décadas. No entanto, isso não é compreendido por muitos acadêmicos, que perpetuam a irracionalidade fundamental no coração do sistema. Nós, acadêmicos, fazemos a pesquisa, escrevemos os resultados, servimos como juízes para os escritos dos outros, participamos dos conselhos editoriais das revistas, trabalhamos frequentemente como editores – tudo isso sem pagamento – e, depois, temos que comprar o produto do nosso próprio trabalho a preços exorbitantes. Certamente não pagamos pelos custos de assinatura das revistas dos nossos próprios bolsos. Nós esperamos que as nossas bibliotecas façam isso. Mas os orçamentos das bibliotecas estão encolhendo. Como consequência, muitas bibliotecas de pesquisa que costumavam gastar metade de sua verba para adquirir periódicos e metade em monografias, gastam atualmente de 60 a 70% em periódicos. Algumas delas quase desistiram totalmente de comprar monografias. As práticas irracionais na publicação das revistas acadêmicas estão provocando danos ao mundo da aprendizagem – em todos os campos, não apenas na medicina e nas ciências naturais.

A resposta dos editores será uma depreciação do idealismo ingênuo por trás do comprometimento jeffersoniano com a distribuição da luz. Jefferson não apenas descontou o custo de sua vela como também não conseguiu elaborar um mínimo plano de negócios para Monticello.

É claro que pode ser muito caro produzir uma revista acadêmica. Há revisores a serem organizados, textos a serem editados, páginas a serem criadas, edições a serem impressas ou enviadas por servidores de alta tecnologia, e assinaturas a serem vendidas e coletadas. Os profissionais dos periódicos agregam valor às revistas, não se pode negar, e os editores de revistas merecem um retorno justo de seus investimentos. Mas o que é justo? A margem de lucro da Elsevier, no ano passado, foi de 36% sobre uma receita de dois bilhões de libras. Outros editores frequentemente relatam lucros de 20 a 40%. Em sua análise dessas práticas, o Deutsche Bank concluiu: “Se o processo realmente fosse tão complexo, dispendioso, e com valor agregado como os editores reclamam que é, margens de 40% não estariam disponíveis.”

Os editores podem responder a essa objeção invocando o chamado mercado de ideias. Eles fariam o argumento jeffersoniano voltar-se contra si mesmo, alegando que em um livre mercado de ideias, a melhor vencerá. Seja sob a forma de artigos, livros ou qualquer outro formato, a melhor irá vender por um preço justo determinado pela demanda. Infelizmente, entretanto, a demanda não é flexível no mundo das revistas acadêmicas. Como meu médico pode testemunhar, os editores criam revistas em áreas especializadas, onde podem ter todo o espaço só para si mesmos. Tão logo eles tenham marcado território, reunido um conselho editorial com ilustres especialistas, e acumulado prestígio, eles podem manter os competidores do lado de fora. Na verdade, a competição raramente existe nos esotéricos setores da ciência, e as três grandes editoras – Elsevier, Wiley/Blackwell e Springer – publicam 42% de todos os artigos científicos nas revistas acadêmicas. Elas geralmente agrupam

as revistas em pacotes, vendendo publicações mais novas e mais obscuras junto com as mais conhecidas em "Grandes Negócios" cuidadosamente empacotados, que parecem oferecer preços de barganha. Mas se um comprador tentar desmembrar o pacote e separar as revistas menos desejáveis, os preços daquelas que sobram saltam para um nível tão alto ou mais alto do que a do pacote original. Além disso, os contratos de assinatura geralmente contêm cláusulas de sigilo, para que nenhuma biblioteca possa saber sobre as condições obtidas pelas outras. Longe de ser livre, o mercado é manipulado e monopolizado. O ganho privado eclipsa o bem público, e a vela de Jefferson é reduzida a um brilho pálido.

Por quanto tempo essa manipulação de preços pode continuar? Poderemos estar nos aproximando de um ponto de ruptura, pois algumas bibliotecas de pesquisa já consideram impossível pagar pelo contínuo aumento de preço dos periódicos. Elas se recusam a renovar as assinaturas e têm que lidar com as reclamações dos membros do corpo docente que exigem um suprimento ilimitado das últimas pesquisas. Algumas vezes elas proporcionam acesso pago a artigos individuais, embora, como retaliação, os editores aumentem esse tipo de cobrança também. (Wiley-Blackwell geralmente cobra US\$42 pela leitura de um artigo.) Poucas bibliotecas conseguiram reunir a coragem de abandonar a mesa de negociações de um contrato quando confrontadas com termos insuportavelmente caros.

A alternativa é uma estratégia de longo prazo para reverter a economia do mercado editorial, tratando a pesquisa como um bem público, de forma análoga ao financiamento das estradas públicas. Ela poderia ser custeada pelo segmento produtivo e tornada disponível gratuitamente aos usuários. Embora o gover-

no federal já subsidie uma grande quantidade de pesquisas (e também de publicações) através do NIH (Instituto Nacional de Saúde) e do NSF (Fundação Nacional de Ciência), provavelmente ele não possa fazer mais do que isso. Mas as universidades poderiam pagar taxas de processamento para os professores que contribuem com revistas de acesso livre. Se essas taxas forem suficientes para cobrir os custos de produção e mais um retorno justo, a revista poderia ser publicada, sem custos, online. E se um número suficiente de revistas passasse para esse tipo de publicação de livre acesso, as bibliotecas economizariam tanto em custos de assinatura que poderiam retomar a sua autonomia orçamentária e investir mais na aquisição de materiais de todos os tipos, de livros impressos a bancos de dados digitais

Percebo que cerquei essa proposição com algumas questões problemáticas, e não quero minimizar as dificuldades econômicas e complexidades institucionais inerentes a uma mudança tão radical. Mas as condições já estão se modificando tão rapidamente, que possibilidades extraordinárias estão se abrindo, e devemos considerá-las. Os novos conhecimentos nascem digitais, são transmitidos digitalmente, e são armazenados em repositórios digitais. Não existem mais distinções claras entre textos e dados, artigos e livros, buscas e pesquisas, postagem e publicação, autoria e leitura, escrita, cópia e colagem. A indefinição de fronteiras e a liberalização da informação podem nos deixar desconfortáveis, mas pertencem à transformação do cenário da informação que abrirá espaço para o bem público. Para ilustrar essa ideia, eu gostaria de dedicar o restante de minha palestra a uma dessas possibilidades: a tentativa de construir uma biblioteca digital que tornará acessível a herança cultural deste país, sem custo, para todos os nossos cidadãos

– na verdade, para os cidadãos do mundo inteiro.

Embora fantasias sobre uma mega-meta-macro biblioteca remontem aos tempos antigos, a possibilidade de realmente construir uma é recente. Ela data da criação da Internet (1974) e da *web* (1991). O Google demonstrou que a tecnologia poderia ser aproveitada para criar um novo tipo de biblioteca, uma que, a princípio, conteria todos os livros existentes. Mas a Busca de Livros do Google é a história de uma boa ideia que deu errado. Conforme concebida originalmente, ela prometia fazer o que o Google mais sabia: a busca por informações pertinentes. O Google iria digitalizar milhões de livros fornecidos, gratuitamente, por bibliotecas de pesquisa (na verdade, os custos de manutenção das bibliotecas eram caros; a Universidade de Harvard pagou US\$1,9 milhões para fornecer 850.000 livros de domínio público para o Google escanear), e os usuários poderiam localizar materiais digitando palavras chaves e examinando fragmentos recuperados do banco de dados. O Google não produziria os textos dos livros, e indicaria onde eles poderiam ser encontrados na biblioteca mais próxima. Mas, como a maioria dos livros estava protegida por direitos autorais, a Associação dos Autores e a Associação dos Editores Americanos entraram com um processo alegando violação de sua propriedade intelectual. O Google poderia ter se defendido invocando a doutrina do uso justo – um negócio delicado, certamente, pois depende de argumentos baseados nas seções 107 e 108 do ato de direitos autorais, de 1976, cujas obscuridades e ambiguidades têm mantido os advogados ocupados por várias décadas. Mas o Google poderia ter contratado os melhores advogados do país para construir um argumento convincente; e se ele vencesse, teria obtido uma dupla vi-

tória para o bem público: teria promovido a acessibilidade à literatura, e teria estabelecido uma ampla e firme base legal para o uso justo daquela literatura.

Ao invés disso, o Google optou pelo caminho da comercialização. Após três anos e meio de negociações secretas com os demandantes, chegou-se a um acordo que transformava a operação original de busca em uma especulação baseada no banco de dados dos livros. O acesso aos textos dos livros seria vendido de volta às bibliotecas, incluindo aquelas que originalmente os haviam fornecido sem custo, por uma taxa de assinatura anual que seria estabelecida pelos representantes dos autores e editores em conjunto com o Google. Livre das pressões da competição e da supervisão de qualquer setor público, o custo da assinatura poderia subir tanto quanto o preço das revistas acadêmicas. O acordo, portanto, resultou na seguinte divisão: 37% dos lucros iriam para o Google, e 63% para a Associação dos Autores e para a Associação dos Editores Americanos.

Esse acordo teve de ser aceito por um tribunal federal, pois envolvia uma ação de classe, e o juiz precisou verificar se a Associação dos Autores e a Associação dos Editores Americanos representavam os autores e editores em geral. A Associação dos Autores possui apenas 8.000 membros, mas centenas de milhares de americanos publicaram pelo menos um livro, e 6.800 autores aproveitaram uma cláusula de não-participação no acordo, notificando o Google que desejavam ficar fora do empreendimento. Interesses conflitantes lançaram dúvidas sobre se os querelantes representavam uma classe coerente. O juiz Denny Chin, do Tribunal Sul do Distrito Federal de Nova York, rejeitou, portanto, o acordo, em decisão anunciada em 23 de março de 2011. Ele também enfatizou outras objeções igualmente fortes,

incluindo o fato de que o acordo ameaçava constituir um monopólio e que daria ao Google o controle exclusivo sobre edições órfãs – ou seja, livros cujos detentores dos direitos autorais não tivessem sido identificados. Até agora, o Google e os advogados não conseguiram refazer o acordo de tal maneira que o permitisse ser aceito no Tribunal. Em audiência de 15 de setembro, o Juiz Chin concedeu a eles mais seis meses para a apresentação de outro plano. No dia 17 de agosto, um processo paralelo sobre direitos autorais, que envolvia um grupo de escritores independentes, também não obteve liberação de outro tribunal em Nova York. Os obstáculos legais, portanto, parecem ser enormes. Talvez seja cedo demais para declarar morta a Busca de Livros do Google, mas eu não vejo como possa ser ressuscitada.

Seja qual for o destino da tentativa do Google de comercializar o acesso a livros digitalizados, chegou a hora de reacendermos a vela de Thomas Jefferson. Agora está em nossas mãos criar uma biblioteca digital que disponibilizará a nossa herança cultural, sem custos, para todos os americanos – e para o mundo inteiro.

No dia 1º de outubro de 2010, um grupo de bibliotecários, chefes de fundações e cientistas da computação se encontraram na Universidade de Harvard para discutir a possibilidade de se construir a Biblioteca Pública Digital da América (DPLA). A ideia básica era simples: formar uma coalizão de fundações para que fornecessem o financiamento e formar uma coalizão de bibliotecas para a provisão dos livros. Mas a tarefa é enormemente complexa. Após dimensioná-la, o grupo formou um comitê executivo para fornecer orientações gerais e para recrutar apoio de diversas organizações espalhadas pelo país. Um secretariado foi nomeado e começou a trabalhar para organizar o estudo das questões mais difíceis, contando

com o auxílio de uma doação da Fundação Sloan. Seis grupos de trabalho produziram relatórios, o que abriu caminho para um plano diretor. Este será apresentado ao público em uma reunião em Washington, no dia 21 de outubro, com o apoio da Biblioteca do Congresso, do Arquivo Nacional e do Fundo Nacional para as Ciências Humanas. Por hora, portanto, é possível ter uma visão clara, ou, pelo menos, uma prévia, das características mais importantes da DPLA. Aqui estão algumas ideias – minhas próprias, não aquelas do comitê executivo – sobre cinco delas.

1. Abrangência e conteúdo. A DPLA não será baseada em um banco de dados gigante. Será um sistema distribuído, que irá reunir coleções de muitas bibliotecas de pesquisa, museus e outras instituições. Ela oferecerá acesso a documentos em formatos variados, incluindo imagens, gravações e vídeos, tudo isso com apenas um clique. Inicialmente, entretanto, consistirá principalmente de livros de domínio público. O Google digitalizou cerca de dois milhões deles, e cópias de seus arquivos digitais foram depositadas no HathiTrust, um repositório digital baseado em Michigan, para preservar a produção de digitalização do Google. O Arquivo da Internet, um empreendimento de digitalização sem fins lucrativos e de livre acesso, fundado por Brewster Kahle, também pode disponibilizar milhões de arquivos. Bibliotecas de pesquisa, em diversos lugares, digitalizaram grandes trechos de suas coleções especiais, independentes do Google. Por exemplo, a Harvard digitalizou e tornou gratuito o acesso a 2,3 milhões de páginas de materiais de domínio público para seu Programa de Coleções Abertas, e está colaborando com a China em um programa para digitalizar 51.500 trabalhos chineses raros da Biblioteca Yenching.

As fontes do governo são particularmente ricas. Todos os cinquenta estados digitalizaram a maior parte de seus arquivos de jornais, e seus acervos foram reunidos pela Biblioteca do Congresso, que se ofereceu para tornar esse grande tesouro de informações disponível para a DPLA. Combinando essas e outras fontes, a DPLA pode lançar um alicerce de profundidade e abrangência incomparáveis.

Infelizmente, as leis de direitos autorais impediram que o domínio público se ampliasse para além de 1923. A maior parte da literatura do século XX irá permanecer, consequentemente, fora do alcance da DPLA, a menos que alguma forma legal possa ser usada para incluí-la. E mesmo presumindo que os direitos autorais pudessem ser ajustados, onde o limite deveria ser traçado? Alguns defendem que o acervo da DPLA deveria estender-se até o presente, desde que se consiga chegar a um acordo para compensar os detentores dos direitos autorais. Se isso fosse possível, a DPLA iria se tornar uma biblioteca verdadeiramente “pública” para o país inteiro. Mas isso também enfraqueceria as bibliotecas públicas que já existem, pois as autoridades locais poderiam cortar o financiamento para suas bibliotecas, sob o errôneo pretexto de que a DPLA iria proporcionar o seu material básico. Quanto a mim, penso que a missão da DPLA deveria ser definida de tal modo que tornasse seus serviços claramente distintos daqueles das bibliotecas públicas existentes. (Na verdade, eu não gosto muito desse nome e gostaria mais de “Biblioteca Digital Americana.”) Ela deveria deixar que as bibliotecas suprissem seus usuários com materiais atuais – sejam romances *best-sellers*, revistas ou DVDs – e suplementar essa função proporcionando acesso gratuito a obras fundamentais e fundantes da cultura mundial. Onde, então, suas coleções parariam? A maio-

ria dos livros sai de circulação com uma velocidade impressionante. Na verdade, sua vida na prateleira das livrarias é uma questão de dias, e poucos deles continuam a vender, mesmo como e-books, depois de um ano. Eu sugiro que a DPLA exclua tudo que foi publicado nos últimos cinco ou dez anos, e que uma parede móvel, que avançaria um ano de cada vez, a impedisse de interferir no mercado atual.

2. Custos. Ao invés de acumular um acervo em um banco de dados gigante, a DPLA, quase com certeza, será um sistema de distribuição que irá reunir coleções que já existem em dezenas de bibliotecas de pesquisa. Quando ela abrir, em 2013, como esperamos, ela provavelmente conterá apenas um acervo básico de obras de domínio público e coleções especiais fornecidas por bibliotecas de pesquisas. Desse ponto em diante, ela irá crescer tão rápido quanto o financiamento permitir, mas seus custos iniciais serão dedicados, em sua maior parte, à criação de sua arquitetura técnica e administração. Ela será projetada de tal forma que se tornará interoperacional com as principais bibliotecas digitais de outros países. Na verdade, ela já chegou a um acordo de cooperação com a Europeana, a biblioteca digital pan-europeia que reúne coleções de 27 países. A Europeana, agora, opera com um orçamento de U\$ 5 milhões ao ano, mas ela não se envolve diretamente na digitalização, no desenvolvimento do acervo e em sua preservação. O exemplo da Europeana sugere, portanto, o mínimo que será necessário para tornar a DPLA operacional.

O que custaria se a DPLA fizesse um grande esforço de digitalizar livros que são cobertos por direitos autorais, mas estão com tiragem esgotada, presumindo que não houvessem impedimentos legais? Brewster Kahlem, que digi-

talizou mais de um milhão de obras para seu Arquivo da Internet, afirma poder digitalizar um livro por dez centavos a página, ou US\$30 por um trabalho profissional de cerca de 300 páginas, e estima que seria possível digitalizar todos os conteúdos de uma grande biblioteca – uma com 10 milhões de volumes, um pouco maior do que a de Princeton e menor do que a de Yale – por US\$300 milhões. Outros especialistas consideram que esses custos são baixos demais. Eles pensam que um dólar por página seja uma estimativa prudente; e observam que, além da digitalização, muito trabalho precisa ser feito para aperfeiçoar os metadados (informações do tipo catálogo para identificar arquivos digitais) e para garantir a preservação (talvez 20% dos custos de digitalização), sem mencionar outros serviços possíveis como a curadoria e o desenvolvimento de aplicativos. Mas os custos de digitalização e preservação estão diminuindo, e a tecnologia está melhorando. A DPLA irá começar com um suporte de vários milhões de volumes, e ela crescerá gradativamente através da digitalização, a um ritmo que se ajuste ao seu orçamento. E qual será esse orçamento? Ninguém sabe até que um modelo final seja aperfeiçoado antes de abril de 2013. Combinando estimativas rápidas e aproximadas, seria possível imaginar a digitalização de um milhão de livros por ano com um orçamento anual de US\$75-100 milhões. (O orçamento da Biblioteca do Congresso no ano fiscal de 2010 chegou a US\$684.3 milhões). Se uma grande coalizão de fundações contribuísse com US\$100 milhões por ano, em uma década teríamos uma grande biblioteca. Duplique esse ritmo e a biblioteca rapidamente seria a maior que jamais existiu. Mas não precisamos nos apressar. Precisamos fazer o trabalho corretamente, pois a DPLA deve perdurar por séculos, e ela poderá crescer gradu-

almente com um orçamento de US\$10 milhões ao ano.

3. Questões legais. A DPLA deve respeitar os direitos autorais. Quão longe ela pode ir tornando disponíveis livros que estão esgotados, mas cobertos por direitos autorais, depende da interpretação das leis de direitos autorais pelos tribunais e da possibilidade de modificá-las por uma ação do Congresso. A história dos direitos autorais nos Estados Unidos remonta ao artigo um, seção oito, cláusula oito da Constituição, que define dois objetivos: “promover o progresso da ciência e das artes utilitárias, garantindo aos autores e inventores, por tempo limitado, direito exclusivo sobre seus respectivos escritos e descobertas.” A primeira lei de direitos autorais, aprovada em 1790, estabeleceu um equilíbrio entre esses objetivos, dando aos autores direitos exclusivos sobre a venda de suas obras por 14 anos, renováveis uma vez. Naquele momento, a vela de Thomas Jefferson estava ardendo brilhantemente, e os estadistas americanos levaram em consideração o precedente britânico. O Parlamento tinha adotado o limite de 14/28 anos na lei original de direitos autorais de 1710. Pedidos de direitos autorais perpétuos foram debatidos em uma série de processos judiciais, até serem definitivamente rejeitados na grande decisão de *Donaldson v. Becket*, em 1774. Durante o debate sobre o Ato de Extensão dos Direitos Autorais de Sonny Bono de 1998, Jack Valenti, chefe do *lobby* de Hollywood, foi interrogado sobre por quanto tempo ele achava que os direitos autorais deveriam durar se eles não pudessem ser perpétuos. “Para sempre menos um dia,” ele respondeu. Desde então, a chama da vela de Jefferson quase se apagou.

Os atuais limites dos direitos autorais – a
vidOs atuais limites dos direitos autorais – a

vida do autor mais setenta anos – inclina a balança decisivamente em favor dos interesses privados, em detrimento do bem público. O domínio público só vai até 1923. Cada livro publicado após 1963 está agora protegido pelos direitos autorais, mesmo que esses direitos não tenham sido renovados, graças aos atos do Congresso de 1976, 1992 e 1998. A situação de muitos livros publicados entre 1923 e 1964 permanece ambígua, pois naquele momento as leis de direitos autorais tinham que ser renovadas, e o registro das renovações não deixa uma trilha clara que conduza aos detentores dos direitos autorais hoje, se algum deles sobreviveu. Por isso existe o problema dos órfãos.

Novas legislações poderiam resolver o problema. Mas os lobistas tiveram uma mão tão pesada em suas tentativas de aprovar a lei dos livros órfãos em 2006 e 2008, que alguns consideram impossível emendar o equilíbrio da lei de direitos autorais de tal forma que ela pudesse “promover o progresso da ciência e das artes utilitárias.” Os únicos recursos podem ser as seções 107 e 108 da lei de direitos autorais de 1976, as quais, conforme mencionado, abrem caminho para um “uso justo” dos materiais cobertos por direitos autorais. Infelizmente, esse caminho passa sobre um terreno muito incerto (um Grupo de Estudos da Seção 108, composto por bibliotecários e advogados, apresentou algumas propostas, mas nada que tenha tido qualquer efeito). O uso justo normalmente se aplica a atividades não-comerciais como crítica literária, bolsas de estudo e ensino. O empreendimento original, de busca-e-fragmentos do Google, envolvia propagandas direcionadas a gerar receita às empresas voltadas ao lucro. Em contraste, a DPLA será uma associação sem fins lucrativos, dedicada ao bem público e, portanto, pode ter mais chances usando o

argumento de uso justo, caso seja processada pelos detentores de direitos autorais de livros que ela tenha digitalizado acreditando que fossem órfãos. Mas a DPLA deveria correr esses riscos?

Provavelmente não. A legislação para livros órfãos poderá oferecer imunidade contra processos judiciais e criar um fundo de caução para compensar os detentores de direitos dos livros que foram tratados como órfãos. E se as ações do Congresso realmente não trouxerem esperança, a DPLA poderia tentar chegar a um acordo com os autores e editores cujos livros protegidos por direitos autorais estejam esgotados. O Google tentou fazer isso no acordo, que incluía uma opção de saída: presumia-se que todos os autores tivessem aceitado os termos do acordo, a menos que eles notificassem o Google do contrário. Principalmente esse aspecto da questão incomodava o Juiz Chin, porque parecia dar ao Google um controle monopolista sobre todo o corpo de livros órfãos – e provavelmente haja mais de um milhão deles. Poderia uma cláusula de saída ser aprovada se fosse aplicada para o benefício do público por uma organização sem fins lucrativos?

Novamente a resposta é, provavelmente, não. Mas uma solução pode ser encontrada em acordos legais chamados de licenciamento coletivo estendido (ECL), que foram desenvolvidos com sucesso nos países escandinavos. Na Noruega, uma associação de base ampla de autores, aliados aos editores desenvolveu um ECL que representa os interesses de todos os detentores de direitos autorais, em um programa para digitalizar e tornar acessível, gratuitamente, todos os livros noruegueses aos leitores que vivem na Noruega. Os detentores dos direitos serão compensados por um fundo, de acordo com uma taxa fixa por página usada pelos leitores, que podem consultar os textos

em suas telas, mas não podem fazer *download* deles, e os autores podem optar por sair do sistema. Em alguns aspectos – a criação de uma “classe” que represente todos os autores e o padrão da opção de saída – o programa da Noruega assemelha-se à Busca de Livros do Google, com a diferença de que ele foi autorizado pela legislação e está sujeito à fiscalização do governo.

Certamente os Estados Unidos possuem pouca experiência com a administração coletiva de direitos, embora o Centro de Gerenciamento de Direitos Autorais e o JSTOR possam fornecer modelos, e a cultura da América seja muito menos homogênea do que a da Noruega. A Associação dos Autores pode recusar-se a ceder um milímetro que seja na defesa dos interesses dos autores profissionais. Mas a maior parte dos autores provavelmente preferiria ter versões digitalizadas de seus livros esgotados disponíveis por uma pequena taxa ou mesmo gratuitamente, ao invés de deixá-los não lidos e definhando nas prateleiras de algumas bibliotecas. Acima de tudo, os autores querem leitores, e a minoria dos autores que vive do que escreve pode optar por sair desse acordo. Algumas das melhores mentes do direito estão agora desenvolvendo planos para um ECL americano, que tornaria possível incluir tudo o que foi publicado no século XX em nossa biblioteca digital.

4. Arquitetura técnica. Em junho passado o comitê executivo da DPLA abriu uma competição internacional “Fase Beta” para os melhores projetos pilotos, ferramentas e projetos experimentais da infraestrutura que irá manter o sistema em conjunto e fazê-lo funcionar perfeitamente para os usuários. Mais de 60 candidatos em potencial mostraram interesse. Quase 40 deles entregaram projetos até a data limite

de 1º de setembro. Um grupo de especialistas de todo o país selecionou os seis projetos mais promissores, e eles serão apresentados ao público na reunião geral, em Washington, em 20-21 de outubro. O subcomitê técnico da DPLA irá supervisionar o esforço de escolher e combinar as melhores ideias dos vencedores e produzir uma proposta de protótipo até abril de 2012. O protótipo será aperfeiçoado durante os seis meses seguintes, e deverá estar pronto para entrar em operação quando a DPLA for lançada em abril de 2013.

A corrida para esse prazo final pode ser de tirar o fôlego, mas está sendo alimentada com entusiasmo e energia. Lideranças nas áreas da ciências da computação, tecnologia da informação e biblioteconomia nos garantiram que a tarefa é factível, e nós a faremos.

5. Governança. Eu cheguei ao último dos meus cinco tópicos, e aqui eu devo ser breve, não apenas porque estou ficando sem tempo, mas porque o comitê de governança da DPLA recém começou a estudar as possibilidades para administrá-la, após ser lançada daqui a um ano e meio. Onde ela deverá se localizar? Quem deverá liderá-la? Sob responsabilidade de quem ela deverá ficar? Como ela formulará políticas e administrará seus serviços? O secretariado atual sob a competente liderança de John Palfrey, da Biblioteca da Escola de Direito de Harvard, continuará a dirigir os negócios durante os dezoito meses finais da existência embrionária da DPLA. Até abril de 2013, a recém-nascida DPLA terá estabelecido sua sede – provavelmente a uma distância considerável de Harvard. A fase Harvard de sua existência tinha a ver com sua concepção original, feita por um grupo de entusiastas autônomos. A DPLA amadurecida pertencerá a todo o país e servirá a um amplo eleitorado, inclusive lei-

tores comuns, pesquisadores independentes, o público multifacetado das bibliotecas públicas, crianças de escolas K-12, estudantes de faculdades comunitárias, estudantes e professores universitários e amantes de livros de todas as estirpes. Para cumprir essa missão ampla, a DPLA irá responder a um conselho de curadores, que representarão uma grande variedade de interesses. Ela necessitará de uma equipe de profissionais e, sem dúvida, de um diretor com muito conhecimento e energia. Ela poderá ser absorvida por uma ONG que tenha um forte histórico de excelência em assuntos bibliotecários, ou poderá ser operada como uma

empresa independente, aproveitando-se da seção 501(c)(3) do Código de Receita Interna, que favorece organizações sem fins lucrativos. Atualmente, a maioria das pessoas pensa que ela não deveria ser parte do governo federal, para que fique livre de pressões políticas. Ela poderia assemelhar-se à Academia Nacional de Ciências ou à BBC.

Na verdade, entretanto, ela não se parecerá a nada, pois nada como ela jamais existiu. Uma biblioteca sem paredes que chegará a qualquer parte e conterà quase tudo que está disponível nos repositórios murados da cultura humana... E *pluribus unim*! Thomas Jefferson teria adorado.

Submetido em 08 de agosto de 2012.

Aprovado pra publicação em 12 de dezembro de 2012.

Robert Darnton

Professor emérito da Universidade de Princeton. Professor da Universidade de Harvard e diretor da Biblioteca da Universidade de Harvard. Cambridge, Massachusetts – Estados Unidos. E-mail: robert_darnton@harvard.edu